

Pl
Cost

Reunião Ordinária – Ata nº 04/2013

Data – 2013-02-18

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 15.30 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Falta: não esteve presente o vereador Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês



Resumo Diário da Tesouraria de 15-02-2013:

a) Dotações Orçamentais..... €4.191.529,21
b) Dotações não Orçamentais..... €48.395,40

Total das Disponibilidades €4.239.924,61



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos.

Foi aprovada, por unanimidade, a parte da ata relativa às intervenções do público e do executivo, da reunião anterior, com exceção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

Pl
OK

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara começou por dar conta da cerimónia evocativa aos 30 anos do arquivo Municipal de Abrantes, no próximo dia 20 de fevereiro de 2013, pelas 17.00 horas. Nessa cerimónia, far-se-á o descerramento da placa toponímica com a nova designação da rua do arquivo, seguida da abertura da exposição e de uma sessão evocativa da fundação do Arquivo Histórico de Abrantes.

Tomado conhecimento.



Deu conta que no mesmo dia, pelas 18.30h no Tecnopolo de Abrantes, decorrerá a apresentação do Programa "Valorizar – Criar Valor para o Território" pelo Professor Doutor Pedro Saraiva, Presidente da CCDR Centro. Referiu que este é um programa, de iniciativa governamental, de valorização económica das regiões do interior, através da criação de um novo sistema de incentivos a microempresas de base local.

Tomado conhecimento.



Em seguida, deu conta de um ofício do Comandante da Escola de Tropas Para-quedistas, datado de 8 de fevereiro, informando da realização, no período de 01 de Março de 2013 a 28 de Março de 2013, de uma cooperação bilateral técnico-militar entre Portugal e a Bélgica e que esta atividade, que conta com a participação de 930 militares Belgas, irá desenrolar-se nos concelhos de Vila Nova da Barquinha, Constância, Chamusca, Abrantes, Tomar, Entroncamento, Alcochete e Portalegre. No decorrer da atividade, prevê-se a realização de saltos em para-quedas e treinos táticos terrestres, pelo que solicitam que seja providenciado aviso às populações e, quando requerido, seja prestado o necessário auxílio aos militares em operações e informada a Escola de Tropas Para-quedistas do sucedido. - 108828

Tomado conhecimento e ao Gabinete de Comunicação para divulgação.



Referiu também que circulam já alguns rumores sobre eventuais alterações no Centro Hospitalar do Médio Tejo e que, por isso, já solicitou a marcação de uma reunião com o conselho de administração, com caráter de urgência, que ocorrerá, em princípio, no próximo dia 25 de fevereiro de 2013.

Tomado conhecimento.

Cl
OK

Depois, a Presidente da Câmara deu conta de uma *newsletter* da Scutvias que dá conta de uma redução no tráfego médio na A23 no ano 2012, relativamente ao período homólogo de 2011, em 35,93%.

Tomado conhecimento.



Mostrou o Jornal a Voz do Campo no qual foi publicado, com bastante destaque, um artigo sobre o Encontro Ibérico do Azeite.

Tomado conhecimento.



Aproveitou para referir que o II Encontro Ibérico do Azeite terá início no próximo dia 22 de fevereiro e que, também no mesmo dia, será inaugurada a Feira de São Matias 2013.

Neste sentido, reforçou o convite aos vereadores para estarem presentes em ambas as iniciativas.

Tomado conhecimento.



Nº 39 – Apresentou para ratificação do órgão executivo, o seu despacho de 5 de fevereiro de 2013, que autorizou a um grupo de escuteiros do Corpo Nacional de Escutas, sediado na Falagueira, composto por cerca de 60 crianças e jovens, a utilizarem as instalações do antigo Quartel de Bombeiros para a sua higiene pessoal, na noite que pernoveram no Colégio de Fátima, a 9 de fevereiro de 2013.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, ratificar o despacho da Presidente da Câmara.



Nº 40 – Em seguida, submeteu à aprovação da Câmara Municipal a autorização para a realização de peditório pela associação Ardente Abraço – Associação de Solidariedade Social, nos dias 18 a 23 de fevereiro de 2013, no concelho de Abrantes, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 87/99, de 19 de Março. - 108258

[Handwritten signature]

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, autorizar a realização de peditório no concelho de Abrantes, pela associação Ardente Abraço – Associação de Solidariedade Social, nos dias 18 a 23 de fevereiro de 2013, devendo a requerente dar cumprimento ao disposto no nº 4 do artigo 2º e ao artigo 3º do Decreto-Lei nº 87/99, de 19 de Março.



Nº 41 – Depois, a Presidente da Câmara apresentou uma informação da Divisão Financeira, que remete para aprovação, o pedido de parecer prévio vinculativo, para aquisição de serviços para a “Manutenção dos extintores adstritos aos Município de Abrantes”, pelo valor anual de 4.923,00€ (quatro mil novecentos e vinte e três euros) a que corresponde um total de 9.846,00€ (nove mil oitocentos e quarenta e seis euros), para o período de 2 anos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor. – 78022

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo, para aquisição de serviços para a “Manutenção dos extintores adstritos aos Município de Abrantes”, nos termos da referida informação da Divisão Financeira.



Nº 42 – Em seguida, apresentou uma informação nº 26 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 13 de fevereiro de 2013, acerca da empreitada de “Requalificação da Estrada entre Bemposta e Vale das Mós”. Submeteu à aprovação a seguinte proposta de decisão, bem como o processo de procedimento anexo à presente informação:

1. Que seja aprovado o Projeto de Execução relativo à empreitada de “Requalificação da Estrada entre Bemposta e Vale das Mós”;
2. Que a obra pública em causa seja executada por empreitada, devido à especificidade dos trabalhos;
3. Que o órgão competente – Câmara Municipal – tome a decisão de contratar no uso de competência própria, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, aplicável por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

-
4. Que o preço base para a presente empreitada seja fixado em 399.915,29 € (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e quinze euros e vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, valor este fixado de acordo com as regras do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na atual redação;
5. Que, nos termos da regra geral de escolha do procedimento e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, seja adotado um Concurso Público – sem publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos previstos na alínea b) do artigo 19.º e artigo 130.º e seguintes, todos do CCP;
6. Que o procedimento concursal seja publicitado no Diário da República, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 130.º do CCP;
7. Que o prazo para a apresentação das propostas seja de 36 dias;
8. Que o prazo de execução da obra seja de 120 dias;
9. Que sejam aprovadas as peças do procedimento em anexo, das quais de destacam:
- a) O Programa de concurso elaborado de acordo com o disposto no artigo 132.º do CCP;
 - b) O Caderno de encargos contendo as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, bem como o Projeto de Execução, nos termos do artigo 43.º do CCP;
10. Que para efeitos de prévia cabimentação da despesa e assunção de compromissos nos termos da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, inerente ao contrato a celebrar, seja considerado o valor fixado no ponto 4 que corresponde a 399.915,29 € (trezentos e noventa e nove mil, novecentos e quinze euros e vinte e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
11. Que sejam disponibilizadas as peças do procedimento e praticados todos os atos na Plataforma Eletrónica Gatewit, no endereço eletrónico <https://www.compraspublicas.com>;
12. Que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, o Júri do Concurso com vista ao acompanhamento do presente procedimento, seja constituído pelos elementos adiante designados:

Membros efetivos:

Presidente: Sara Cristina Jorge Morgado, Chefe da DPE;

1º Vogal: Fernando Jorge Rente Lopes, Técnico Superior da DPE;

2º Vogal: Sandra Maria de Jesus Oliveira Matias Ferreira;

A substituição do Presidente nas suas faltas e impedimentos será assegurada pelo 1º Vogal.

Membros suplentes:

1º Suplente: Francisco Pontes Varanda Gonçalves, Técnico Superior da DPE;

2º Suplente: Carlos Alberto Simões de Oliveira, Técnico Superior da DPE;

A substituição do 1º e 2º Vogais efetivos, nas suas faltas e impedimentos, será assegurada pelos membros suplentes.

13. Que o critério de adjudicação seja o do mais baixo preço;

Mais refere que o objeto da empreitada enquadra-se no código 45233141-9 (Manutenção de Estradas) do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) e que a informação da DPE satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, de acordo com o n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada, bem como a adoção dos procedimentos sugeridos, nos termos e com os fundamentos da referida informação nº 26 da Divisão de Projetos e Empreitadas.



Por fim, a Presidente da Câmara informou que a Comissão Administrativa do Tramagal Sport União solicitou apoio financeiro por parte da autarquia para a realização da I Grande Gala do Tramagal Sport União, no próximo dia 23 de Fevereiro de 2013. No entanto, este tipo de evento, para ser apoiado financeiramente, deverá enquadrar-se numa candidatura ao programa FINABRANTES e esta solicitação apresenta-se de forma extemporânea e desenquadrada dos programas de apoio.

Assim, aprovando a Câmara a atribuição de uma verba para fazer face às despesas que decorrem da necessidade de reposição dos materiais roubados (instalação elétrica) no valor de 2.000€, conforme consta do ponto 15 da ordem de trabalhos da presente reunião, não proporá a atribuição de qualquer verba ao TSU para a realização da gala, sendo que a autarquia estará disponível para contribuir com publicações do município para os galardoados. – 102408

Tomado conhecimento.

Al
Ch

VEREADOR MANUEL JORGE VALAMATOS

O vereador Manuel Jorge Valamatos deu conta que no próximo sábado, dia 23 de fevereiro, no Campo de Futebol nº 3 de Rossio ao Sul do Tejo, terá início a 9ª edição do Torneio Concelhio de Escolinhas de Futebol.

Salientou também a realização da Rota do Tejo, na Escola Prática de Cavalaria, no dia 2 de Março, prova essa alargada ao concelho da Golegã.

Referiu ainda outras atividades desportivas, que decorrerão nos próximos dias, nomeadamente:

 Finais da Taça de Futsal – Juvenis e juniores – 23 de fevereiro;

 Passeio Pedestre – 24 fevereiro

 Mega Sprinter – 26 fevereiro

 Etapa 1 Superjovem – Pentatlo Moderno – 3 de março.

Tomado conhecimento.



VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O Vereador Belém Coelho apresentou um requerimento subscrito pelos vereadores eleitos pelo PSD, relativamente à RPP Solar – pagamento e autor do protocolo, conforme a seguir se transcreve: - 103341

"Depois de muita insistência, a senhora presidente da câmara acedeu finalmente, na última reunião, em responder à questão que insistentemente lhe temos vindo a fazer ao longo de mais de um ano: "Quem redigiu o protocolo?"

E a resposta foi um esclarecedor «Não sei», a fazer lembrar a resposta do Romeiro no final do II Acto do "Frei Luís de Sousa", quando o Telmo lhe pergunta: "Romeiro, Romeiro, quem és tu?"

Só faltou mesmo a senhora presidente ter apontado para o retrato de um seu antecessor, quando respondeu "Não sei" para que a cena tivesse o mesmo dramatismo. Acontece que os munícipes precisam de uma resposta explícita por razões muito fáceis de entender e que passamos a explicar.

Todos nós estamos conscientes de que o município ficou seriamente lesado pelo facto de ter sido omitida do protocolo a cláusula de reversão.

Acresce que esta cláusula consta expressamente de todos os contratos deste tipo celebrados pelo município, designadamente o do Hotel de Abrantes, o que significa que a mesma ou foi intencionalmente excluída ou foi omitida por negligência.

Em qualquer dos casos, o responsável pela exclusão ou pela omissão não poderá deixar de ser responsabilizado.

Já sabemos que o protocolo não foi redigido pelos funcionários do município.

Restam, então, três hipóteses:

l1
Cet

(I) O protocolo foi elaborado (ou teve a participação) de advogados contratados pelo município que não souberam acautelar os interesses deste, o que não pode deixar de ter consequências, designadamente, se tiverem ainda contrato com o município, o qual não se poderá manter.

(II) O presidente da câmara, apesar de ter sido esclarecido pelos advogados da importância de manter a cláusula de reversão, mandou-a retirar, o que seria gravíssimo.

(III) O protocolo foi elaborado pelos advogados contratados pela RPP Solar, o que revestiria uma tal gravidade, tendo em conta o que indicaria, que nos recusamos sequer a aceitar que possa ter ocorrido.

Este esclarecimento essencial justificaria, só por si, a criação de uma comissão de inquérito independente ou uma investigação do Ministério Público, como nós propusemos, tendo ambas as propostas sido rejeitadas pelos vereadores eleitos pelo PS e pelo ICA.

Resta, assim, apenas uma hipótese: notificar o anterior presidente da câmara para que preste os devidos esclarecimentos.

Pelo exposto, vêm requerer a V.Ex.^a que o anterior presidente da câmara seja notificado para informar quem redigiu o protocolo e se deu a ordem aos advogados contratados pelo município, no caso de ter havido intervenção destes na redação do protocolo, para que a cláusula de reversão fosse excluída do protocolo."



Em seguida, o vereador Belém Coelho apresentou um pedido dos vereadores eleitos pelo PSD, no qual solicitam o agendamento de propostas apresentadas em reuniões anteriores, conforme se transcreve: - 105602

Os vereadores eleitos pelo PSD vêm requerer o agendamento das suas propostas, tendo em conta que o prazo legal para as mesmas serem incluídas na ordem de trabalhos (primeira reunião, cinco dias após a apresentação da proposta) já, há muito, foi excedido:

(1) EM DEFESA DOS TOIROS (declaração da Tauromaquia como Património Cultural e Imaterial de Abrantes e apresentação, no Conselho da CIMT, de proposta de teor idêntico para que se declare a Tauromaquia como Património Cultural e Imaterial do Ribatejo), apresentada em 30 de Julho de 2012;

(2) FEIRAS FRANCAS (alteração do calendário das feiras francas, fixando-se a realização das mesmas num dos primeiros quatro sábados de cada mês), apresentada em 24 de Setembro de 2012;

A Presidente da Câmara esclareceu que, relativamente à proposta "Em defesa dos toiros" solicitou aos serviços, mais concretamente à Divisão de Cultura e Turismo, uma compilação de toda a informação sobre tauromaquia, para que a posição a tomar seja devidamente fundamentada em factos.

Quanto à proposta sobre as "Feiras Fancas", disse a calendarização das feiras deve ter em consideração um conjunto de reclamações apresentadas relativamente à sua realização,

li

Cet

nomeadamente porque prejudica o comércio do mercado municipal. Assim, antes de qualquer decisão, importa chegar a um ponto de concordância que permita servir os interesses de todos.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de janeiro).

Nº 01 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou um ofício da Tagusvalley – Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Tecnopolo do Vale do Tejo, a agradecer o apoio desta Câmara Municipal, no que respeita à disponibilização de técnicos para a Coordenação de Segurança e Saúde em obra e Fiscalização para a Execução da Empreitada das Infraestruturas Urbanas do Tecnopolo do Vale do Tejo. – 107405

Tomado conhecimento.



Nº 02 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, deu conta do seu despacho que autorizou a passagem ao Quadro de Honra do Bombeiro Municipal, Mário Joaquim dos Santos Oliveira, de acordo a alínea a) do nº 2 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 247/2007, de 27 de junho, alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 248/2012 de 21 de novembro. - 107768

Tomado conhecimento.



Nº 03 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, um pedido de um Grupo de Peregrinos de Portalegre, a solicitar a pernoita de cerca de 30 peregrinos nas instalações desta Câmara Municipal, de 10 para 11 de maio de 2013. - 106168

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a pretensão, nos termos solicitados.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 04 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 6 de fevereiro de 2013, referindo que o pedido de dispensa de taxas solicitado pela Associação Inês Botelho, no âmbito de uma ação de sensibilização para angariação de doadores de sangue e medula óssea, já foi presente à reunião de câmara no dia 3 de dezembro de 2012. No entanto, na informação

Ata da reunião de 18 de fevereiro de 2013

Al
CS

da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral, foram considerados, por lapso, apenas 3 dias de ocupação, sendo que, a ocupação solicitada abrangeu o período de 6 a 28 de Dezembro.

Neste sentido, o valor sobre o qual a Câmara Municipal dispensou o pagamento, deve ser alterado para 57,96€. - 99082

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração do valor de dispensa do pagamento de taxas, para 57,96€, de acordo com a referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.



Nº 05 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 05 de fevereiro de 2013, que autorizou a ocupação de espaço público com 2 bancas para venda de brindes com vista à angariação de fundos, de 11 a 15 de fevereiro de 2013, em Abrantes, por parte da Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura. - 97826

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 06 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de atividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
97480	Centro Social do Pessoal do Município de Abrantes	Realização de rastreio visual	26 de novembro de 2012	• Ocupação espaço público com viatura	22,58€
106896	Grupo Desportivo e Cultural Amieira do Tejo - Nisa	Evento "cortejo fúnebre da Rainha Dona Isabel"	29, 30 e 31 de março de 2013	• Afixação de pendões publicitários	103,50€
106195	Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Ação Social e Cultura	Venda de brindes para angariação de fundos	11 a 15 de fevereiro de 2013	• Ocupação de espaço público com banca de 1m2	5,72€
104914	Associação de Estudantes da Esc. Sec. Dr. Manuel Fernandes	Evento "Carnaval Experimental"	09 de fevereiro de 2013	• Recinto improvisado; • Ruído; • Serviços restauração e bebidas ocasionais; • Afixação cartazes.	112,26€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respetivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Cl
C

Informar as requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.



Nº 07 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização, que remete para aprovação, pedido de parecer prévio vinculativo, para aquisição de serviços "Certificado digital web para vários domínios com vista à implementação dos serviços online". - 107199

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo para aquisição de serviços "Certificado digital web para vários domínios com vista à implementação dos serviços online", nos termos da referida informação da Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização.



Divisão Jurídica

Nº 08 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação do serviço de Notariado, Contencioso e Contratos da Divisão Jurídica, datada de 4 de fevereiro de 2013, a solicitar que seja emitida certidão, a certificar que o edifício onde funciona o arquivo municipal, sito na Rua do Arquivo Municipal, em Vale de Morenas, na freguesia de S. Vicente - designado por ESP 103 do Parque Industrial de Abrantes, omissa na matriz e na Conservatória, reúne condições de utilização, não se procedendo à emissão do alvará de licença de utilização por dele estar isento o Município, enquanto proprietário, nos termos do artigo 7º, do DL 555/99 de 16/12, na atual redação. - 107049

Deliberação: Por unanimidade, emitir certidão, nos termos preconizados na referida informação do serviço de Notariado, Contencioso e Contratos da Divisão Jurídica.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 09 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, apresentou a ata do júri do concurso público para a cedência de exploração do quiosque situado no Largo 1º de Maio, em Abrantes, realizado pelas 14,30 horas do dia 11 de fevereiro de 2013, ao qual foi apresentada proposta única de Élia Sofia Duque Lopes Fontinha.

Após a análise dos documentos apresentados, o júri do concurso deliberou por unanimidade admitir a proposta, por considerar que se encontrava devidamente instruída. - 102518

Tomado conhecimento.

C1
C2

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação, o relatório do júri do concurso público para a cedência de exploração do quiosque situado no Largo 1º de Maio, em Abrantes, o qual sugere a adjudicação da cedência de exploração do referido quiosque, a Élia Sofia Duque Lopes Fontinha, pelo valor de 142,50€ (cento e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos), mensais, acrescido do IVA à taxa legal em vigor. - 102518
Deliberação: Por unanimidade, aprovar a adjudicação da cedência de exploração do quiosque situado no Largo 1º de Maio, em Abrantes, a Élia Sofia Duque Lopes Fontinha, pelo valor de 142,50€ (cento e quarenta e dois euros e cinquenta cêntimos), mensais, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, de acordo com o relatório do júri do referido concurso.

É dispensada a audiência prévia da concorrente, nos termos do artigo 103º, nº 2, alínea b), do Código do Procedimento Administrativo.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência de uma informação do serviço de Notariado, Contencioso e Contratos da Divisão jurídica, datada de 1 de fevereiro de 2013, que remete para aprovação a aceitação da doação de uma habitação, sita no Beco do Outeiro, em Pego, Abrantes, para alargamento da via pública, bem como a respetiva minuta de doação, a celebrar entre António Manuel Santos Lopes e o Município de Abrantes. - 101673

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a aceitação de doação de uma habitação, sita no Beco do Outeiro, em Pego, Abrantes, que a Câmara Municipal de Abrantes se propõe demolir, para alargamento da via pública, e, implantação de infraestruturas, aprovando-se igualmente a respetiva minuta de doação, delegando-se poderes na Presidente da Câmara para a sua assinatura.



O vereador António Manuel de Santana-Maia Leonardo chegou à reunião, quando eram 15h10.



Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação do órgão executivo a constituição do direito de superfície, por um período de 40 anos, sobre a parcela com a área de 879 m2, conforme delimitação em planta que consta da informação do Diretor do Departamento de Administração e Finanças datada de 11 de fevereiro de 2013, a inscrever no descrito na Conservatória do Registo Predial sob 516/19900320, parcela esta que abrange o edifício identificado em 19º lugar com 240 m 2, entretanto ampliado e com a área atual de 562m2, e, a restante área de logradouro de 317 m2, parcela que está incluída no artigo urbano 1117, da freguesia de Alferrarede, e venda do mesmo à A. Logos - Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico, pelo valor de 0,01€/m2. A parcela sobre a qual se constitui o direito de superfície confronta do norte com Município de Abrantes, do nascente com o Município de Abrantes, do Sul com o Município de Abrantes, e do Poente com a Rua José Dias Simão.

Al

CS

Atendendo às avaliações do edificado e do terreno encontrados pela Comissão de Avaliação, deve a venda do direito de superfície, embora direito real parcelar, ser autorizada pela Assembleia Municipal ao abrigo da alínea i) do nº 2 da Lei 169/99 de 18/09, na redação da Lei 5-A/2002 de 11/01.

Considerando ainda a avaliação do solo/terreno (118. 500,00€), a alienação do direito de superfície a constituir sobre a parcela tem como pressuposto a aceitação pelos órgãos de A.LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico da atribuição ao Município de Abrantes de 118,5 unidades de participação, a acrescer às devidas pelo investimento municipal, ao abrigo do artigo 25º do Documento Complementar aos seus Estatutos.

Deve igualmente condicionar-se o reconhecimento por parte dos órgãos de A.LOGOS – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico, daquele valor de avaliação como produto de investimento direto (equivalente às unidades de participação), para além do investimento no edifício, como relevante para efeitos do artigo 34º nº 4 do Documento Complementar aos seus Estatutos, quanto à repartição do património em caso de dissolução.

Embora a alienação tenha por objeto o direito de superfície, não deixa este direito real parcelar de poder estar sob a incidência de eventual garantia que terceiro venha a inscrever, enquanto o direito de superfície existir.

Deliberação: Por unanimidade, reiterando o essencial do aprovado na reunião da Câmara Municipal em 3 de dezembro de 2012, com a clarificação em termos de delimitação e inscrição predial, aprova-se a constituição do direito de superfície por um período de 40 anos sobre a parcela com a área de 879 m², a inscrever no descrito na Conservatória do Registo Predial sob 516/19900230, parcela esta incluída no artigo urbano 1117, da freguesia de Alferrarede, e a venda do mesmo à A. Logos – Associação para o Desenvolvimento de Assessoria e Ensaio Técnico, pelo valor de 0,01€/m², de acordo com os pressupostos referidos na informação técnica, remetendo-se de novo à Assembleia Municipal para autorização.

Conceder poderes à Presidente da Câmara para outorga da escritura correspondente.



Divisão Financeira

Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 08 de fevereiro de 2013, que remete para aprovação, despesa inerente à comparticipação da Câmara Municipal no projeto CIMT, designado por "Gefor – Gestão da Formação", a qual visa a organização de ações de formação para colaboradores dos municípios associados para o ano de 2013, no montante de 1.666,67€ (mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos). - 102797

Cl

Ass

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a comparticipação do Município de Abrantes, no valor de 1.666,67€ (mil seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos), de acordo com a referida informação da Divisão Financeira.



Nº 14 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 13 de fevereiro de 2013, que remete para aprovação, despesa inerente aos apoios a atribuir no âmbito do FINABRANTES 2013, no montante global de 267.258,17€. Mais informa que, o montante proposto atribuir no âmbito da Medida 5 - Eventos é superior ao estimado em sede de elaboração do Plano de Atividades e Orçamento para 2013, pelo que se torna necessário o reforço de dotação para essa medida no montante de 12.084,00€, por contrapartida de outras Medidas que se prevê venham a apresentar saldo. O referido reforço será incluído na 2ª proposta de alteração orçamental de 2013 a apresentar durante o próximo mês de março.

De acordo com a programação apresentada pela Divisão de Cultura e Turismo, não haverá eventos nos meses anteriores. Quanto à assunção dos compromissos inerentes à despesa a realizar, os mesmos serão registados de acordo com o calendário das respetivas tranches conforme Normas do Programa e nos termos do artº 8º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, sendo que a primeira tranche do ano fica assegurada pelos fundos disponíveis existentes para fevereiro. - 108212

Em anexo, informação da Equipa Técnica acerca do assunto, datada de 8 de fevereiro de 2013.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o montante global de 267.258,17€, inerente aos apoios a atribuir no âmbito do FINABRANTES 2013, de acordo com a referida informação da Divisão Financeira e da informação da Equipa Técnica, datada de 8 de fevereiro de 2013, que por ser extensa se anexa à presente ata e se dá por transcrita.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 15 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma informação da Divisão Financeira, datada de 13 de fevereiro de 2013, referindo que na sequência de um assalto às instalações do Tramagal Sport União e depois de apurados os prejuízos (avaliados em cerca de 6.000,00€), veio o clube desportivo solicitar o apoio financeiro à autarquia para reparação dos materiais e equipamentos danificados ou furtados.

Neste sentido, remete para aprovação, proposta de apoio ao referido clube, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros). - 103793

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição de apoio financeiro ao Tramagal Sport União, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), nos termos da referida informação da Divisão Financeira.

Al
A

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Cultura e Turismo

Nº 16 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 05 de fevereiro de 2013, que aprovou as normas de participação e ficha de inscrição do Festival de Gastronomia "Sabores do Tejo com Azeite", a levar a efeito de 22 de fevereiro a 10 de março de 2013. - 107113

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Divisão de Educação e Ação Social

Nº 17 - Proposta de Deliberação da vereadora Celeste Simão, respeitante a uma informação da Divisão de Educação e Ação Social, datada de 11 de fevereiro de 2013, remetendo para aprovação, a alteração do valor da renda para 2013, dos seguintes arrendatários municipais, tendo em conta que sofreram uma alteração de rendimentos e que por esse motivo, solicitaram a reavaliação do valor da renda para o corrente ano: - 91115

1 - Maria de Jesus Maleitas - Bairro Municipal, nº 60 - reajuste da renda para o montante de 68,22€, com efeito a março/2013;

2 - José Carlos Serras Santos - Bairro Municipal, nº 30 - reajuste da renda para o montante de 74,76€, com efeito a março/2013;

3 - Maria da Conceição Carrilho - Bairro Municipal, nº 48 - 1º Dtº - reajuste da renda para o montante de 27,17€, com efeito a março/2013.

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração do valor da renda dos referidos arrendatários, nos termos e com os fundamentos da citada informação da Divisão de Educação e Ação Social.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projetos e Empreitadas

Nº 18 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, referente à informação nº 21 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 01 de fevereiro de 2013, acerca da vistoria realizada à empreitada de "Açude Insuflável no Rio Tejo,

Ata da reunião de 18 de fevereiro de 2013

em Abrantes – Sistema de Segurança”, adjudicada à sociedade MSF – Moniz da Maia, Serra & Fortunato - Empreiteiros, S.A., para efeitos de receção definitiva.

Deliberação: Por unanimidade, aprovado o auto de receção definitiva, devendo proceder-se à libertação das garantias correspondentes ao caucionamento da referida empreitada.

Aos respetivos serviços para procederem em conformidade.



Nº 19 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 22 da Divisão de Projetos e Empreitadas, datada de 04 de fevereiro de 2013, acerca da conta final definitiva da empreitada de “Construção do Centro Escolar de Bemposta”, adjudicada a José Manuel da Silva Fidalgo, que se transcreve:

Valor da adjudicação (preço contratual)	1.781.884,13€
Trabalhos a Menos	88.070,92€
Trabalhos Contratuais Realizados	1.693.813,21€
Revisão de Preços	42.689,04€
Total	1.736.502,25€

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a conta final definitiva da referida empreitada, elaborada nos termos do artigo 399º do Decreto-Lei Nº 18/2008, de 29 de Janeiro.

À Divisão de Projetos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 20 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à informação nº 010/2013RC da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 23 de janeiro de 2013, acerca do pedido de informação prévia de construção de instalação de uma exploração aviária dedicada à criação e engorda de frangos e moradia unifamiliar, em Monte Novo, Carvalhal, freguesia de Vale das Mós, Abrantes, requerido por Francisco Ortigão de Almeida Sampaio. - 105398

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto ao pedido de informação prévia apresentado, nos termos e com os condicionamentos sugeridos pela referida informação técnica da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, salientando-se que:

- 1) O pedido não colide com a proibição da realização de obras de construção de quaisquer edificações, pelo prazo de 10 anos após ocorrência de fogos que hajam lavrado o terreno, face à informação do SMPC que atesta que o terreno foi, de facto, consumido pelo fogo, mas há mais de 10 anos;

21
Cat

2) Deverá ser considerada a operação urbanística como enquadrada no nº 1 do Artigo 26º do Regulamento do PDM, afastando-se a eventual conflitualidade com o nº 3 do mesmo Artigo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para os devidos efeitos.



Nº 21 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à informação nº 9/13 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 28 de janeiro de 2013, acerca do pedido da firma Imobiliária Casal das Sarnadas, Lda., a solicitar a redução da garantia bancária nº GAR/07307353, emitida pelo Banco BPI, relativamente à sinalização horizontal e vertical e espaços verdes, da operação de loteamento, sito em Casal das Sarnadas, São Miguel do Rio Torto, Abrantes, referindo que atualmente o valor da garantia bancária é de 81.512,53€. - 1247/03

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Emitir parecer desfavorável quanto ao pedido apresentado, nos termos e com o enquadramento da informação técnica prestada pela Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

Pode a interessada pronunciar-se no prazo de 10 dias, podendo consultar o processo nos serviços municipais, na Praça Raimundo Soares, entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 22 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 146/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 17 de dezembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado pela Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, em representação de Miguel Lopes Machado, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

Ata da reunião de 18 de fevereiro de 2013

Cl
Cl

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 2,00 Ha, no local "Feiteira", inscrito na matriz sob o artigo 10 secção AE da freguesia de Fontes, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 100253

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 146/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 23 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 147/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 17 de dezembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado pela Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, em representação de Miguel Lopes Machado, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 0,30 Ha, no local "Corga Águia", inscrito na matriz sob o artigo 44 secção AB da freguesia de Fontes, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 100253

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 147/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 24 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 148/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 17 de dezembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado pela Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, em representação de Miguel Lopes Machado, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie.

Qu
Ass

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 0,30 Ha, no local "Lameira", inscrito na matriz sob o artigo 5 secção AD da freguesia de Fontes, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 100253

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 148/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 25 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 149/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 17 de dezembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado pela Associação de Agricultores dos Concelhos de Abrantes, Constância, Sardoal e Mação, em representação de Miguel Lopes Machado, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 0,15 Ha, no local "Vales", inscrito na matriz sob o artigo 94 secção AR da freguesia de Fontes, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 100253

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 149/2012 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 26 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 006/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2013, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é

Al
C

inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie, nos prédios adjacentes ao pretendido no referido pedido e dado que dista menos de 500 metros entre si. Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno no prédio sito em "Agrovega", inscrito na matriz sob o artigo 1 da secção N-N1 na freguesia de S. Facundo, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 103094

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 006/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.



Nº 27 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 007/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2013, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie, nos prédios adjacentes ao pretendido no referido pedido e dado que dista menos de 500 metros entre si. Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89. O pedido solicitado compreende a modelação do terreno no prédio sito em "Agrovega", inscrito na matriz sob o artigo 1 da secção T na freguesia de Alvega, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 103094

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 007/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 28 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 008/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2013, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é

Cu
Cut

inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie, nos prédios adjacentes ao pretendido no referido pedido e dado que dista menos de 500 metros entre si. Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89. O pedido solicitado compreende a modelação do terreno no prédio sito em "Casal do Telhado", com a área de 14,5Ha, inscrito na matriz sob o artigo 4 da secção B na freguesia de Bemposta, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 103096

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 008/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 29 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 01/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2013, que reporta à informação nº 133/2012 de 23 de outubro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie, nos prédios adjacentes ao pretendido no referido pedido e dado que dista menos de 500 metros entre si. Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89. O pedido solicitado compreende a modelação do terreno no prédio sito em "Vidigueira II", com a área de 3,5Ha, na freguesia de S. Facundo, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 93194

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 01/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 30 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 02/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2013, que reporta à informação nº 127/2012 de 26 de setembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido

Cl
Cl

processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie, nos prédios adjacentes ao pretendido no referido pedido e dado que dista menos de 500 metros entre si.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno numa área de 22,6Ha, nos prédios sitos em "Barrocas e Alcácer", na freguesia de Tramagal, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 88926

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 02/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



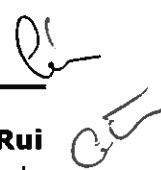
Nº 31 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 03/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2013, que reporta à informação nº 140/2012 de 19 de novembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie, nos prédios adjacentes ao pretendido no referido pedido e dado que dista menos de 500 metros entre si.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno no prédio sito em "Caniceira (T15)", com a área de 20,34Ha, na freguesia de São Miguel do Rio Torto, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 96709

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 03/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 32 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 04/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2013, que reporta à informação nº 141/2012 de 19 de novembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por PORTUCEL SOPORCEL FLORESTAL, SA, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie, nos prédios adjacentes ao pretendido no referido pedido e dado que dista menos de 500 metros entre si.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno no prédio sito em "Cruz das Cabeças", com a área de 14,68Ha, na freguesia de Vale das Mós, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 96711

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 04/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 33 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 05/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 16 de janeiro de 2013, que reporta à informação nº 138/2012 de 08 de novembro de 2012, na sequência do pedido de parecer, no âmbito do licenciamento para reflorestação de eucaliptos solicitado por Luis Furtado Mendonça, após análise do referido processo e tendo em conta a legislação em vigor para o caso específico, nomeadamente o Dec. Lei 139/89, cabe ao município emitir parecer sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno uma vez que a área pretendida é inferior a 50 Ha, considerando a existência em continuidade da mesma espécie, nos prédios adjacentes ao pretendido no referido pedido e dado que dista menos de 500 metros entre si.

Por este facto pode emitir parecer para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art.º. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação do terreno no prédio sito em "Monte Velho", com a área de 23,4Ha, inscrito na matriz sob o nº 7 da secção C1 na freguesia de Concavada, Abrantes, pelo que não se vê inconveniente na emissão do parecer favorável para a ação de modelação do solo. - 94996

Deliberação: Por unanimidade, emitir parecer favorável quanto à ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 05/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.

del
cit

Nº 34 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara, Rui Serrano, respeitante à informação nº 025/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil, datada de 29 de janeiro de 2013, na sequência do pedido efetuado por GESTIVERDE-Gestão Rural, Ld.ª, na qualidade de entidade gestora da ZIF de Aldeia do Mato, para emissão de Licença sobre a ação de destruição do revestimento, aterro ou escavação do terreno.

Por este facto pode emitir o licenciamento para as ações de destruição do revestimento vegetal, que não tenha fins agrícolas, bem como as ações de aterro e escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas do solo arável, art. 1 alínea a) e b) do Dec. Lei 139/89.

O pedido solicitado compreende a modelação de diversas parcelas de terrenos integrados na ZIF de Aldeia de Mato, nas freguesias de Aldeia de Mato, Martinchel, Rio de Moinhos que na sua totalidade corresponde a 120 Ha nas referidas freguesias acima descrita e constantes do processo anexo à presente informação, pelo que não se vê inconveniente na emissão do Licenciamento Favorável para a ação de modelação do solo. - 92790

Deliberação: Por unanimidade, licenciar a ação de modelação do solo, nos termos da referida informação nº 025/2013 do Serviço Municipal de Proteção Civil.

Aos respetivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 35 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 36 - Proposta de Deliberação do vereador Manuel Jorge Valamatos, referente a uma informação da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 28 de janeiro de 2013, acerca do pedido de Manuel Joaquim, para transferência do lugar nº 7 que ocupa no mercado semanal grossista, para o seu filho, Jorge Manuel Sobreira Joaquim, atendendo a que vai deixar a atividade a cargo do mesmo. - 101574

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a transferência do referido lugar no mercado semanal grossista, nos termos e com os fundamentos da citada informação da Divisão de Serviços Urbanos.

Nº 37 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência de uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 13 de fevereiro de 2013, que remete para aprovação um conjunto de alterações a implementar em matéria de estacionamento, na área delimitada pelo estudo da Transitec como Centro Histórico (e consequentes) ações propostas. – 105272

Deliberação: Por unanimidade, aprovar as alterações a implementar em matéria de estacionamento na área do Centro Histórico, nos termos e com os fundamentos da referida informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo e da informação do Serviço de Trânsito e Transportes Públicos da Divisão de Serviços Urbanos.



Nº 38 - Proposta de Deliberação do vereador e vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência de uma informação do Diretor de Departamento de Obras e Urbanismo, datada de 13 de fevereiro de 2013, que remete para aprovação, Regulamento do Estacionamento de Veículos no Centro Histórico da Cidade de Abrantes. – 108466

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o regulamento apresentado.

Aos respetivos serviços para procederem à publicitação do referido regulamento em Edital.



Encerramento da Reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas quinze horas e trinta minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente ata, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com exceção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

Henrieta da Costa Albuquerque

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO

Carla Alexandra Ferreira Santos



Handwritten signature and initials.

DE Equipa Técnica Eva Rodrigues/Jorge Claro/Cristina Sousa	PARA Vereadora Celeste Simão	Nº	DATA 08, 02, 2013
ASSUNTO Finanbrantes 2013			

O FINABRANTES – Programa de Apoio a coletividades do concelho de Abrantes destina-se a apoiar as diversas coletividades do concelho com intervenção nas áreas da cultura, do desporto e recreio, da juventude e da intervenção social.

De acordo com o previsto no artº 7º das normas deste programa, foi constituída uma equipa técnica que:

- Validou as candidaturas submetidas a todas as medidas;
- Avaliou as candidaturas apresentadas à medida 5 – eventos;
- Articulou com os respetivos serviços a avaliação de todas as candidaturas apresentadas.

Validados os requisitos obrigatórios das entidades promotoras, descritos no artº. 3º das normas e aplicados os critérios de avaliação previstos no artigo 9º, surge a seguinte proposta de apoio:

Medidas	Nº Candidaturas				Valor total do apoio proposto
	Apresentadas	Aprovadas	Não Aprovadas	Em análise	
Medida 1 - Cultura	26	26	0	0	127.749,50 €
Medida 3 - Juventude	11	10	1	0	16.925,00 €
Medida 4 - Social	11	10	0	1	57.021,50 €
Medida 5 - Eventos	24	22	1	1	65.562,17 €
Total	72	68	2	2	267.258,17 €

Tendo em conta o quadro apresentado, junto se anexa mapa detalhado com as propostas de apoio a atribuir às coletividades, no valor global de **267.258,17 €**.

Em relação às candidaturas apresentadas com proposta de indeferimento, as mesmas referem-se às seguintes entidades:

- Casa do Povo de S. Miguel do Rio Torto – Medida 3 – Juventude - não reúne os requisitos para ser considerada associação juvenil conforme previsto na Lei nº 23/2006 de 23 de Junho.
- Junta de Freguesia de Mouriscas – Medida 5 – eventos, - não reúne os requisitos de entidade conforme previsto no artigo 2º das normas do programa.

Em relação às candidaturas em análise, referem-se à Palha de Abrantes – Associação de Desenvolvimento Cultural. Foi solicitado a esta associação esclarecimentos adicionais às candidaturas apresentadas, de acordo com o nº 7 do Artº 5º das normas do programa. Após recessão da informação solicitada será submetida uma proposta.

Considerando toda a informação aqui descrita, junto se anexam os mapas com sínteses globais dos apoios do município às coletividades do concelho.

Fica a presente informação à superior consideração de Vossa Exa, para os fins que entender por convenientes.

A Equipa Técnica

Jorge Claro

Eva Rodrigues

Cristina Sousa

el
at

MUNICIPIO DE ABRANTES

Data : 14/02/2013

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2013/02/18

Folha : 1

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
06.01	08000345	2008/06/27	RJE	08003364	2008/11/06	MARIA DOS ANJOS ROSA MACHADO RUA NOSSA SENHORA DO TOJO, N.º 14 SENTIEIRAS	transformação moradia RUA NOSSA SENHORA DO TOJO SENTIEIRAS	13000062	DES	2013/02/04
T E O R										
01.02.2013:Fixe-se a data limite de 29.03.2013.Oprazo não mais renovado. Dêse conhecimento ao gabinete de projectos referenciado no										
04.01	08000600	2008/11/05	RJE	08003556	2008/12/02	JOSE ANTONIO JOAQUINA PASSARINHO LARGO S. JOSÉ, N.º 150 ATALAIA	legalização Garagem e anexos Largo S. José, 150 Atalaia	13000064	DES	2013/02/04
T E O R										
01.02.2013.No uso das competências que me foram sub-delegadas defiro o pedido de autorização de utilização.										
06.03	09000042	2009/02/02	RJE	11000635	2011/06/27	TERESA PAULA GIL GUOMAR RUA DAS COVAS N.º 293	transformação moradia RUA DAS COVAS, N.º 293 PEGO	13000073	DES	2013/02/11
T E O R										
2013.02.08:Deferido										
04.01	09000258	2009/06/18	RJE	09001406	2009/08/04	VITOR MANUEL FIEDEADE MOURA RUA DO GIRASSOL, LOTE 3-4-D	construção moradia BECO DE S.LOURENÇO ABRANTES	13000070	DES	2013/02/11
T E O R										
2013.02.08:Admite-se comunicação prévia.										
05.01	09000265	2009/06/25	LICOB	09001144	2009/06/25	LOUIS MANUEL DA COSTA PICO RUA PRINCIPAL PUCARIÇA	ampliação moradia Braçal Pucariça	13000072	DES	2013/02/11
T E O R										
08.02.2013:Certifique-se.										
04.06	09000521	2009/10/26	LICOB	09002023	2009/10/26	MAMADE-CONSTRUCAO E MOVEIS, LDA AV.º ANTONIO FARINHA PEREIRA EDIFICIO MAMADE	construção moradia Urbanização do Tapadão, Lote 5 Alferrarede	13000065	DES	2013/02/05
T E O R										
2013/02/01: No uso das competências que me foram sub-delegadas, indefiro o pedido de autorização de utilização, face às desconformidades detectadas, devendo formular-se o indispensável										
04.01	09000554	2009/11/10	RJE	10000067	2010/01/13	SANDRA ISABEL ROSA MASCATE VALENTE E.N. 118, N.º 12 CASA BRANCA	construção moradia Estrada Nacional 118 N.º 906 Casa Branca	13000058	DES	2013/01/31
T E O R										
30.01.2013:No uso competência que me foram sub-delegadas, deferido o pedido de autorização de utilização.										

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***

atp

MUNICÍPIO DE ABRANTES

Data : 14/02/2013

Folha : 2

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2013/02/18

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO	
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Data
05.01	10000188	2010/05/07	RJE	10000980	2010/06/02	SOFIA MARGARIDA FERRO FARIA ABRANTES DE PINA CASAL SOARES S/N	ampliação moradia LUGAR DA BOGALINHA	13000069	DES 2013/02/08
							01.02.2013:No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização.	T E O R	
04.01	10000190	2010/05/07	RJE	10001057	2010/06/18	SILICALTA PORTUGAL-IND. COM. AGLOMERADOS PEDRA, SA. ESTRADA NACIONAL 118 LUGAR DO VALE DO FETO	CONSTRUÇÃO MUROS ESTRADA NACIONAL 118 PEGO	13000071	DES 2013/02/11
							2013.02.08:Aprovado proposto nos termos propostos.	T E O R	
05.01	10000203	2010/05/18	LICOB	10000860	2010/05/18	JOÃO MANUEL RODRIGUES BOUCA E OUTRO TRAVESSA D. MARIA I, N.º 60 CARVALHAL	ampliação moradia TRAVESSA D. MARIA I, N.º 60 CARVALHAL	13000074	DES 2013/02/11
							2013.02.08:deferido.	T E O R	
06.03	10000299	2010/07/22	LICOB	10001274	2010/07/22	GONCALO JOSE DOS SANTOS BERNARDO RUA PROJETADA A CANICEIRA, N.º 165	alteração Moradia e anexo Rua António Pereira Bairão, n.º 126 Tramagal	13000075	DES 2013/02/11
							2013.02.08:Indefiro nos termos propostos.	T E O R	

*** processado por computador ***
*** sistemas InforUje ***

ai
Cet